



MOREIRA MARIZ

Votação do Orçamento encerra ano produtivo

Exame do relatório final da lei orçamentária para 2010, previsto para esta terça ou quarta-feira, marca o encerramento de um ano em que a produtividade do Senado foi 72% maior, segundo balanço apresentado pelo presidente da Casa, José Sarney. A adesão da Venezuela ao Mercosul, a Política Nacional sobre Mudanças do Clima, o reforço no caixa da educação e matérias sobre segurança ganharam destaque.

Plenário durante votações na semana passada: Sarney ressaltou volume e qualidade das propostas

páginas 2, 3 e 13

pedofilia

Aprovado projeto da Lei Joanna Maranhão

página 7

vale-cultura

Ampliada pelo Senado, proposta volta à Câmara

página 4

trabalho

Agentes de saúde têm novo plano de carreira

página 5

e mais...

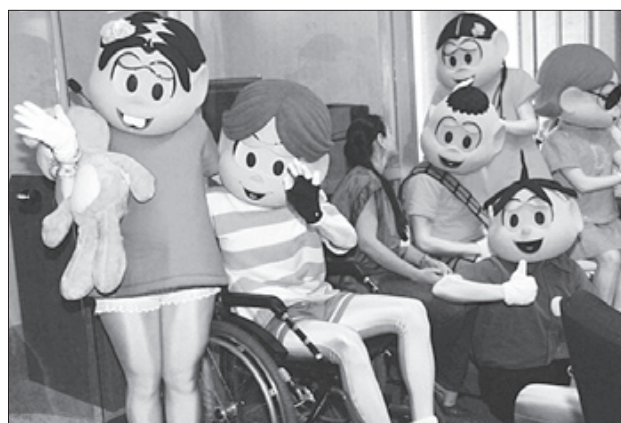
agora é lei	3
projetos aprovados	6 e 7
ambiente legal	11
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15

cidadania

Arma deve ser recadastrada até fim de 2009

Prazo para cidadão recadastrar arma de fogo acaba no dia 31. Todos os registros feitos até 23 de dezembro de 2003 devem ser renovados. A partir de 1º de janeiro de 2010, ter arma não recadastrada pode levar a detenção de um a três anos e multa.

página 16



Turma da Mônica participa de debate na Comissão de Direitos Humanos do Senado: semana teve homenagens a Louis Braille

Uma semana dedicada a pessoas com deficiência

página 13

Última edição

A versão semanal do **Jornal do Senado** circula pela última vez. A decisão resulta dos elevados custos de distribuição, que tendiam a crescer ainda mais em virtude da forte demanda por novas assinaturas. A versão diária continuará a circular no Distrito Federal e poderá ser acessada pela internet. Nesses cinco anos o jornal ofertou informações relevantes, prestando grande serviço ao fortalecimento da democracia. Parabenizamos a equipe do jornal pela competência, dedicação e zelo profissional. Termina um projeto, continua a missão e o compromisso de todos nós de divulgar com retidão o trabalho legislativo do Senado Federal.

Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado

agenda

Orçamento deve ser votado até quarta-feira

Nesta segunda, CMO analisa relatório final do deputado Geraldo Magela. Receitas líquidas totais da União devem subir para R\$ 726,2 bilhões

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) examina nesta segunda-feira, a partir das 17h, o relatório final da Lei Orçamentária Anual de 2010, relatada pelo deputado Geraldo Magela (PT-DF).

O presidente da CMO, senador Almeida Lima (PMDB-SE), acredita que a votação possa ser concluída ainda na segunda e que no dia seguinte ou até quarta-feira ocorra a decisão final em sessão do Congresso. Ele afirmou estar confiante de que a oposição não criará obstáculos à votação, pois o relator Magela

já afiançou que irá incluir no texto todas as reivindicações apresentadas.

– Não acredito que algum partido queira assumir a responsabilidade de deixar o ano passar sem o Orçamento aprovado – disse Almeida Lima.

Um dos pontos defendidos pela oposição é a garantia de recursos para compensar os estados exportadores pelas isenções de impostos nas condições previstas pela Lei Kandir.

A CMO já aprovou a revisão da estimativa de receita para o próximo ano, proposta pelo senador

Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo no Senado. O texto acrescenta R\$ 1,7 bilhão às receitas primárias em comparação ao primeiro relatório, de outubro. Com isso, a arrecadação federal líquida subiu para R\$ 726,2 bilhões. O número é 2,3% superior ao apresentado inicialmente na proposta orçamentária.

Os estados e municípios vão receber R\$ 143,9 bilhões no próximo ano a título de transferências obrigatórias, como os fundos de participação (FPE e FPM), a cota da Cide-combustíveis e o salário-educação.



Magela, entre os senadores João Ribeiro e Almeida Lima: comissão aprovou revisão da estimativa de receita do governo federal, com mais R\$ 1,7 bilhão

Crédito-prêmio do IPI pode reforçar caixa da União

De acordo com o relatório aprovado, haverá incremento nas receitas extraordinárias arrecadadas pela Receita Federal. Com a melhoria dos indicadores econômicos, Jucá apostou na ampliação do recolhimento da Cofins, após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de agosto passado, que obrigou as empresas exportadoras a pagarem a compensação de créditos-prêmios do IPI que deixaram de recolher desde 1990.

A compensação do crédito-prêmio do IPI foi feita pelas empresas por meio da Cofins, o que acabou gerando um passivo bilionário, que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional vai cobrar dentro do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). Segundo o parecer, o passivo se situa entre R\$ 40 bilhões e R\$ 228 bilhões, dependendo da fonte de estimativa.

No primeiro parecer, o senador já havia previsto uma arrecadação de R\$ 4,5 bilhões com a Cofins. Com a previsão de crescimento de 5% no próximo ano, adotada pelo governo – inicialmente era de 4,5% –, ele projetou mais R\$ 1,7 bilhão de recolhimento.

Emendas de bancada serão menores este ano

As emendas de bancada à proposta orçamentária da União para 2010 deverão ser fixadas em 80% da média dos últimos três anos. A decisão, tomada pelo relator-geral do Orçamento, deputado Geraldo Magela (PT-DF), foi comunicada na semana passada aos líderes de partidos e aos coordenadores de bancada, mas recebeu críticas, como as do presidente da CMO, Almeida Lima (PMDB-SE).

– Não sei se essa é a melhor solução, porque não dá para tratar igualmente os desiguais. Sergipe não é igual a São Paulo. 80% da média é fácil para resolver o problema do ponto de vista da pressão, mas não vai dar para atender os estados na divisão de recursos proporcionais – disse o senador.

Magela explicou que o critério adotado é justo e, embora não tenha havido consenso, a grande maioria concordou.

– Adotamos um critério absolutamente transparente e que iguala todas as bancadas – explicou Magela, lembrando que já havia avisado aos parlamentares que deveria haver um corte linear com a elevação das emendas individuais de R\$ 10 milhões para R\$ 12,5 milhões.

Acordo permite ajuste no superávit primário de 2010

Projeto aprovado em sessão do Congresso Nacional altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2010 para permitir a ampliação do valor que o governo poderá abater da meta de superávit primário deste ano. O ajuste é decorrente da inclusão do programa Minha Casa, Minha Vida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O acordo de votação com a oposição possibilitou ainda a aprovação de mais sete dos quase 60 pedidos de créditos adicionais ao Orçamento vigente enviados pelo governo nos últimos meses.

Fixado na LDO em até R\$ 22,5 bilhões, o valor a ser reduzido do superávit poderá chegar agora a R\$ 29,8 bilhões. As despesas do PAC não contam para o cumprimento da meta de economia que o governo deve fazer para pagar os juros da dívida pública, mas o orçamento do Minha Casa, Minha Vida estava fora do montante que poderia ser abatido porque a inclusão desse programa no PAC só ocorreu depois que a LDO já vigorava.

Nos debates, o líder do PSDB na comissão, deputado Otavio Leite (RJ), condicionou o apoio de seu partido à flexibilização do superávit para incluir o programa Minha Casa, Minha Vida diante de “compromisso público” do governo ao atendimento de demandas no Orçamento de 2010. Um dos pleitos diz respeito a recursos para compensar estados exportadores pelas isenções tributárias nos termos da Lei Kandir.

presidência



Para Sarney, Gilmar Mendes (D) tem sido “a alavanca propulsora do pacto republicano para aperfeiçoar a aplicação da Justiça” no Brasil

Sarney agradece apoio do STF na melhoria da Justiça no país

O presidente do Senado, José Sarney, considera valiosa a contribuição dada pelo Parlamento ao pacto republicano, acordo feito no ano passado pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para reduzir a morosidade da Justiça, facilitar seu acesso ao povo e eliminar os abusos cometidos por autoridades. Em razão dos projetos aprovados no Congresso para o êxito desse pacto, Sarney diz que o Brasil assiste a uma nova dinâmica na Justiça.

Reunido com os presidentes do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, e da Câmara, deputado Michel Temer, Sarney celebrou o êxito da cooperação política que permitiu a aprovação de projetos considerados prioritários para fazer a sociedade avançar no usufruto dos seus direitos.

Na ocasião, Sarney afirmou que Gilmar Mendes tem sido a alavanca propulsora do “pacto republicano para aperfeiçoar

a aplicação da Justiça e evitar o abuso de poder em todos os níveis”. De acordo com o presidente do Senado, por liderar esse trabalho, Gilmar Mendes tem sido injustamente criticado, mas recebe a solidariedade e o aplauso de todo o povo brasileiro.

– Esse pacto tem um sentido simbólico para dar continuidade ao processo de reforma do Poder Judiciário, que tão grandes frutos tem proporcionado. A partir da votação da emenda constitucional que estabeleceu a súmula vinculante e criou o Conselho Nacional de Justiça, o Brasil assiste a uma outra dinâmica da Justiça. São leis que repercutem diretamente em favor do povo brasileiro, em favor da cidadania.

Gilmar Mendes também elogiou o trabalho do presidente Sarney na efetivação desse pacto, lembrando especialmente a aprovação das leis necessárias ao avanço do processo.

comissões

Segunda-feira

17h – ORÇAMENTO

CMO – Reunião da comissão para examinar o relatório final do projeto da Lei Orçamentária Anual para 2010.

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

15h – Congresso

Créditos – Sessão conjunta do Senado e da Câmara, no Plenário da Câmara dos Deputados, para votar créditos suplementares em favor de ministérios e órgãos do governo.

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa
LDB – A pauta está trancada pelo

PLC 280/09, que prevê a formação de docentes para atuar na educação básica.

Horário a ser definido – Congresso

LOA – Sessão conjunta do Congresso para votar o projeto da Lei Orçamentária Anual de 2010.

Quarta-feira

Recesso

Início do recesso parlamentar no período de 23 de dezembro a 1º de fevereiro de 2010.

decisões

Principal vantagem são as facilidades para exportação

O projeto de decreto legislativo (PDL 430/08) que aprova o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no final de outubro. Prevaleceu a posição do senador Romero Jucá, que conseguiu aprovar seu voto em separado favorável à adesão.

O voto em separado derrubou o parecer contrário do relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), que apontou como obstáculo maior à integração o “desmonte das liberdades democráticas, objetivando a perpetuação do presidente [Hugo] Chávez no poder”.

Antes de chegar ao Senado, o acordo já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados e pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Em seus 12 artigos, o texto do protocolo estabelece, entre outras medidas, que os bens produzidos na Argentina e no Brasil, sócios mais desenvolvidos do Mercosul, deverão entrar sem restrições e tarifas no mercado da Venezuela até 1º de janeiro de 2012, excetuando produtos considerados sensíveis – que desfrutam de maior proteção dos governos nas negociações comerciais –, para os quais o prazo se estende até 1º de janeiro de 2014.

Os mesmos prazos valem para os bens produzidos pela Venezuela a serem vendidos no Brasil e na Argentina. Os principais produtos de exportação uruguaios e paraguaios devem entrar no mercado venezuelano com tarifa zero assim que o protocolo entrar em vigor.

Contribuição venezuelana para consolidar Parlasul divide governo e oposição

Parlamentares do governo e da oposição divergem sobre a futura contribuição dos parlamentares venezuelanos para a consolidação do Parlamento do Mercosul. A base governista vê na integração plena dos venezuelanos – que hoje têm direito a voz, mas não a voto – um passo a mais em direção à consolidação do Parlasul, com sede em Montevideú.

Parlamentares opositores temem a possibilidade de radicalização dos debates. Os venezuelanos só passarão a participar das votações na capital uruguaia depois da aprovação do protocolo de adesão também pelo Parlamento do Paraguai.

– O ingresso da Venezuela vai esquentar o Parlamento do

Mercosul – previu o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), vice-presidente brasileiro do órgão, para quem o ingresso do país vizinho poderá facilitar a busca de uma solução para a definição do número de cadeiras a que terá direito cada membro do bloco no parlamento.

Para Marisa Serrano (PSDB-MS), as consequências do ingresso da Venezuela estarão ligadas ao comportamento do presidente Hugo Chávez e dos deputados venezuelanos.

– O que vimos até aqui dos parlamentares venezuelanos foram ações polêmicas e de dissenso. Nunca vimos uma contribuição positiva para o Mercosul – afirmou a senadora.

Plenário aprova entrada da Venezuela no Mercosul

Meses de debates antecederam decisão, que para o governo é passo importante na consolidação do bloco. Agora, falta a aprovação do Paraguai

Depois de meses de debates, audiências públicas e uma série de tentativas frustradas de votação, o Plenário do Senado finalmente aprovou, na terça-feira, por 35 votos a 27, o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul (PDS 430/08). O texto do acordo, que será promulgado pelo Congresso, foi firmado em Caracas em 4 de julho de 2006 pelos presidentes dos países do Mercosul, e agora depende apenas do Parlamento do Paraguai para ser efetivado.

Após cinco adiamentos, tendo uma possível falta de quórum, o governo colocou o projeto em votação, depois de acordo em que a oposição garantiu que estaria presente em Plenário. O placar apertado refletiu a polêmica em torno do tema – o debate gerado, especialmente as críticas à postura

antidemocrática do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, durou cerca de seis horas.

Favorável à adesão, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que a entrada da Venezuela no bloco representava um passo importante no sentido da ampliação da democracia e dos direitos humanos na região.

Já o senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, apresentou argumentos políticos e econômicos para justificar a posição contrária à adesão, como havia feito na semana anterior. Em sua avaliação, além de violar a cláusula democrática do Mercosul – ao cercar a liberdade de imprensa, por exemplo –, Chávez poderia

colocar em risco um bloco econômico “já agonizante”.

– Há um fluxo de comércio muito importante entre os dois países, mas a Venezuela não precisa entrar no Mercosul para manter isso. Não precisaríamos comprar esse desgaste político – argumentou.

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse que a Venezuela trará ao Mercosul mais problemas que vantagens.

Ele acrescentou que, durante o debate na comissão, ficou claro que “a Venezuela não preencheu até o momento todos os requisitos técnicos para entrada no Mercosul”.

Para oposição, medida vai trazer mais problemas que vantagens



Placar mostra o apertado resultado da votação (35 a 27), comemorado pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (C)

agora é lei

Novas regras para aluguéis entram em vigor em janeiro

O país ganhou uma nova Lei do Inquilinato, substituindo a que vigorava havia 18 anos. O texto, apesar dos cinco vetos presidenciais, traz novidades importantes, como o rito sumário das ações de despejo e o prazo de 30 dias para que o inquilino deixe o imóvel após a decisão judicial.

O fiador agora poderá deixar o contrato nos casos em que há renovação automática. Nesse caso, o locatário terá 30 dias para apresentar um substituto, sob pena de cessar a locação.

A lei mantém a proporcionalidade da multa rescisória em

caso de devolução antecipada do imóvel locado e permite contratos sem fiador ou fiança, mas nesse caso a ação de despejo pode ser iniciada com o atraso de apenas um aluguel.

Graças a um dos vetos ao texto aprovado no Congresso Nacional, a lei publicada no dia 11 de dezembro só entrará em vigor 45 dias depois, no dia 25 de janeiro. Foi vetada a possibilidade de alterar o contrato de aluguel de imóvel não residencial (se tratado com pessoa jurídica) quando houver mudança na composição societária das empresas.

Acordo amplia comércio do bloco com Israel

O Plenário também aprovou os textos de dois acordos comerciais entre o Mercosul e Israel. O relator na CRE e na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), explicou que se trata de um acordo para abertura de mercado de bens com uma cláusula evolutiva para a possibilidade de, no futuro, promover acesso ao mercado de serviços e investimentos. Os acordos assinados, em 8 de dezembro de 2005 e 18 de dezembro de 2007, cobrem as seguintes áreas: comércio de bens, áreas de origem, salvaguardas, cooperação em áreas técnicas, cooperação em normas sanitárias e fitossanitárias e cooperação técnica, tecnológica e aduaneira.

Viagem para a Rússia dispensada de visto

Um acordo entre Brasil e Rússia para a liberação de vistos de curta duração foi aprovado pelos senadores na semana passada. Celebrado em 26 de novembro de 2008, o acordo (PDS 842/09) vai agora à promulgação. Presidente da CRE e também relator do tema, o senador Eduardo Azeredo lembrou que o acordo é muito oportuno, por serem dois países emergentes.

Pelos termos do acordo, brasileiros que viajem à Rússia não precisarão de visto se permanecerem naquele país por períodos menores que 90 dias, a cada período de seis meses. O mesmo vale para russos que vierem ao Brasil. Se, por motivo de força maior, o visitante precisar permanecer por tempo além dos 90 dias, será necessário solicitar a prorrogação da permissão de entrada.

decisões

RECRIADA A PREVIC

O Plenário aprovou o projeto do Executivo (PLC 136/09) que recria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). A autarquia terá a competência de fiscalizar e supervisionar os fundos de pensão e também executar políticas para o regime da previdência complementar fechado. Para isso, ele poderá aplicar penalidades, criar e exigir o cumprimento das normas e efetuar autorizações que hoje são atribuição da Secretaria de Previdência Complementar.

CONTABILIDADE DIGITAL

O Código Tributário Nacional (Lei 5.172, de 1966) poderá ser alterado para permitir que as empresas mantenham seus documentos fiscais e contábeis apenas em mídia eletrônica, como prevê projeto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O autor do PLS 461/09 – Complementar, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), explicou que a proposta busca a redução dos custos e de espaço físico de armazenamento de documentos.

ISS SOBRE LEASING

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre operações de arrendamento mercantil (*leasing*) ou de agenciamento, corretagem ou intermediação de seguros não será recolhido pelo município sede da empresa prestadora, mas onde ocorrerem os serviços. É o que prevê proposta (PLS 266/07 – Complementar) da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com parecer favorável de Romero Jucá (PMDB-RR).

MATERIAL ESCOLAR

Artigos escolares de plástico; borracha, cola, pasta e mochila; agenda, caderno e pincel são itens ficarão isentos da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), como determina projeto (PLS 160/07) do senador José Agripino (DEM-RN) aprovado pelo Plenário, e enviado à Câmara. Para o autor, estudantes de baixa renda serão os maiores beneficiados com a redução do preço produzida pela isenção do imposto e de outras contribuições.

Emendado, projeto do vale-cultura volta à Câmara

Senadores ampliaram abrangência da proposta do governo federal que dá R\$ 50 mensais ao trabalhador para gastar em eventos e produtos culturais

O Plenário aprovou a criação do vale-cultura, que pretende ampliar o acesso do trabalhador à cultura e será oferecido aos empregados com carteira assinada e renda de até cinco salários mínimos. Emenda do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), incluiu jornais e revistas entre os produtos que podem ser adquiridos com o vale-cultura.

Os aposentados terão direito a R\$ 30 mensais. Até 10% do valor do vale-cultura poderão ser descontados no contracheque. As

empresas que declaram Imposto de Renda com base no lucro real poderão aderir ao vale-cultura e terão direito a deduzir até 1% do imposto devido. Quando esses trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos tiverem sido atendidos, os com maior renda também poderão receber o benefício. Nesse caso, o desconto poderá ocorrer em percentuais entre 20% e 90%, de acordo com a respectiva faixa salarial.

Os aposentados terão direito a R\$ 30 mensais. Até 10% do valor do vale-cultura poderão ser descontados no contracheque. As

empresas que declaram Imposto de Renda com base no lucro real poderão aderir ao vale-cultura e terão direito a deduzir até 1% do imposto devido.

Quando esses trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos tiverem sido atendidos, os com maior renda também poderão receber o benefício. Nesse caso, o desconto poderá ocorrer em percentuais entre 20% e 90%, de acordo com a respectiva faixa salarial.

Simplex da Cultura deve ser sancionado ainda este ano

Com o apoio de 51 senadores, o projeto de lei complementar da Câmara (PLC 200/09) que institui o chamado “Simplex da Cultura” foi aprovado no Plenário. A proposta do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) inclui os produtores e as produções artísticas e culturais no sistema tributário denominado Simplex

Nacional.

Para surtir efeitos em 2010, deverá ser sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda este ano, o que foi assegurado pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR).

Artistas e produtores de arte e cultura serão beneficiados com uma redução na alíquota de

tributação de 18% para até 6%, segundo observou o senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

A relatora na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Ideli Salvatti (PT-SC), disse que, além contribuir para a afirmação nacional, a área cultural responde por 5% do produto interno bruto (PIB) do país.



JANE ARAÚJO

Acompanhado de músicos eruditos e populares, funkeiros, atores e artistas plásticos, o ministro da Cultura, Juca Ferreira (E), apresentou ao presidente do Senado, José Sarney, o projeto de lei que substitui a Lei Rouanet por uma nova lei de fomento e incentivo à cultura brasileira.

Enquanto músicos e dançarinos folclóricos se exibiam no Salão Azul do Senado, Juca Ferreira

explicou os objetivos do projeto.

– Queremos mais dinheiro e que ele seja melhor utilizado. A Lei Rouanet não produziu bons resultados. Nesses 19 anos, 95% do dinheiro aplicado no âmbito dessa lei é público e extremamente concentrado no Rio de Janeiro e em São Paulo. E, dentro dessas cidades, 3% dos proponentes ficam com mais da metade do dinheiro.

Criados programa e política de extensão rural

Com 41 votos favoráveis, 8 contrários e uma abstenção, o Senado aprovou substitutivo da Câmara a projeto do Executivo que cria o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater) e institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). O projeto vai agora à sanção.

Destinação de alimentos apreendidos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou e enviou para exame do Plenário o PLC 81/04, que destina prioritariamente aos programas de segurança alimentar e combate à fome os alimentos de origem animal e vegetal apreendidos pela fiscalização e ainda em condições de consumo. Caberá ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento observar essa prioridade, diz a proposta relatada pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

CPI do MST aprova plano de trabalho

Os membros da CPI Mista do MST aprovaram por unanimidade o plano de trabalho apresentado pelo relator, deputado Jilmar Tatto (PT-SP), que se comprometeu a incluir no plano as sugestões apresentadas pelos membros da comissão. Ele previu a elaboração e a votação do relatório final para junho. A primeira reunião da comissão, porém, só deverá acontecer depois do recesso parlamentar, no dia 3 de fevereiro, às 11h.

Para Paim, mudanças no Estatuto da Igualdade Racial são “humilhantes”

O senador Paulo Paim (PT-RS) condenou as alterações feitas pela Câmara dos Deputados ao seu projeto (PLS 213/03) que institui o Estatuto da Igualdade Racial. Entre as alterações, está a retirada das cotas para negros

nas universidades, meios de comunicação social e a supressão de incentivos fiscais para que empresários contratem mais trabalhadores negros.

– Se o estatuto for aprovado como está será uma humilhação

– protestou Paulo Paim, ao pedir ao senador Demostenes Torres (DEM-GO), que será o relator na CCJ, que rejeite as alterações e adote a proposta aprovada por unanimidade no Senado.

As afirmações foram feitas em

debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre as oportunidades de empregos em supermercados para negros e mulheres no que tange ao acesso, à ascensão e à remuneração.

O texto original, além de combater todo tipo de discriminação, prevê a criação do Fundo de Promoção da Igualdade Racial e estende a política de cotas adotada na educação superior ao serviço público e à iniciativa privada.

decisões

Banda larga para 90 milhões até 2014

Se depender do ministro das Comunicações, Hélio Costa, o Brasil terá 90 milhões de pontos de internet rápida até 2014. A afirmação foi feita em debate na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Segundo o ministro, está em elaboração o Plano Nacional de Banda Larga, que deve ser entregue ao presidente Lula em janeiro. O plano pode inclusive sugerir a criação de uma nova estatal para gerir a expansão da internet no Brasil a preços baixos. Para isso, Hélio Costa explicou que as empresas privadas deverão empregar cerca de US\$ 15 bilhões nos próximos cinco anos. Já o governo deverá investir em satélites e em renúncia fiscal. O ministro alertou ainda que o plano só poderá ser bem implementado com alterações à Lei Geral de Telecomunicações (LGT). A meta também conta com os efeitos do programa de banda larga nas escolas implantado há um ano, que já conectou 46 mil escolas públicas à internet.

Acesso a oftalmologistas é deficiente

A saúde ocular e a prevenção dos males da visão foram debatidos pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Participaram do debate o presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), Paulo Augusto de Arruda Mello; o presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Francisco Batista Júnior; o presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil (ONCB), Antonio José do Nascimento Pereira; e a coordenadora da Área Técnica de Saúde da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Saúde, Érika Pisaneschi. Paulo Augusto e Antonio José apontaram a dificuldade de acesso à consulta com um oftalmologista, apesar de as universidades formarem mais médicos dessa especialidade do que o crescimento da população. Érika Pisaneschi informou que o Ministério da Saúde tem R\$ 39,1 milhões para 75 serviços de reabilitação visual, mas faltam projetos de estados e municípios.

PEC abre caminho para piso salarial dos agentes de saúde

Graças a acordo de líderes, proposta foi votada na CCJ e em dois turnos no Plenário no mesmo dia. Emenda à Constituição vai à promulgação e pode beneficiar 300 mil profissionais em todo o país

O Plenário aprovou a proposta de emenda à Constituição (PEC 54/09) que abre caminho para a criação do plano de carreira e do piso salarial nacional dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. A PEC atribui à União competência para, por meio de lei federal, disciplinar esses temas.

– Hoje, não existe unificação de salário. Depende da renda do município, e alguns municípios são muito pobres. Por determinação constitucional, eles só não podem receber menos de um salário mínimo – explicou a senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), relatora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta altera o parágrafo 5º do artigo 198 da Constituição, que trata da competência da União para dispor sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades desses profissionais, vinculados aos estados e municípios, incluindo o piso salarial e o plano de carreira.

Patrícia Saboya disse que o



Relatora do projeto na CCJ, Patrícia Saboya destacou o papel dos agentes de saúde na redução da mortalidade infantil

programa de saúde comunitária surgiu no Ceará, idealizado pelo médico Carlile Lavor. Os agentes de saúde, disse, reduziram significativamente a mortalidade infantil e rendeu ao Ceará o

reconhecimento do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

– São hoje mais de 300 mil profissionais em atividade em todo o país. Cada um deles acompanha,

por mês, cerca de 150 famílias. Assiste, portanto, à média de 750 pessoas cada um. Projeções indicam que mais de 340 milhões de visitas são realizadas a cada ano – assinala a relatora.

Senado aprova indenização às vítimas da talidomida

Vai à sanção presidencial projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que obriga a União a indenizar por dano moral as pessoas que adquiriram alguma deficiência física por conta do uso da talidomida. No Brasil, a talidomida começou a ser vendida em 1958, como sedativo, para aliviar náuseas matinais em gestantes. O remédio foi retirado do mercado em 1965, após confirmação de que causava malformações fetais.

Em maio de 2007, o Senado aprovou o projeto e o encaminhou à Câmara. O projeto voltou alterado ao Senado na semana passada e foi aprovado em seguida. A emenda da Câmara prevê que a lei produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2010.

Não há uma estatística completa sobre o número de pessoas que sofreram malformação por conta do uso da talidomida no país. O projeto de Tião Viana (PLS 156/06) estipula o pagamento de R\$ 25.725 por pessoa. O valor pode ser aumentado conforme o grau de dependência e da

deformidade física da pessoa. O pagamento será feito em uma única parcela.

De acordo com a proposta, a indenização será paga pelo Tesouro sem necessidade de requerimento. Os valores serão corrigidos e serão isentos do Imposto de Renda. A legislação atual (Lei 7.070/02) já autoriza o Executivo a conceder pensão especial às vítimas da talidomida. O projeto, no entanto, não apenas autoriza, mas concede a indenização.

Como relator, Sérgio Zambiasi (PTB-RS) opinou que o projeto corrige uma injustiça histórica com relação às vítimas da talidomida. Zambiasi citou Isabel Felice, advogada e filha do prefeito de Uruaiana, e Fabiana Paim. As gaúchas vieram esta semana ao Senado pedir a aprovação da proposta.

O senador Augusto Botelho (PT-RR), que é médico, lembrou que as vítimas da talidomida não têm nenhuma alteração do ponto de vista mental. Para Augusto, a União tem o dever de proteger essas pessoas.

REAJUSTE DE PESSOAL

O Plenário aprovou projeto que acrescenta artigo à Lei de Responsabilidade Fiscal para limitar as despesas com pessoal da União até 2019 (PLS 611/07 – Complementar). Do senador Romero Jucá (PMDB-RR), a proposta vai à Câmara. Esse tipo de despesa não poderá ter reajuste superior a 2,5% sobre o valor do ano anterior, corrigido pela inflação.

QUADROS DA MARINHA

A reestruturação dos corpos e quadros de oficiais e de praças da Marinha foi aprovada pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), nesta última em decisão terminativa. A reestruturação consta do PLC 314/09, do Executivo. De acordo com o governo, os efetivos da Marinha cresceram apenas 8,6% nos últimos 40 anos. Entre outras alterações, o projeto aumenta os efetivos dos diversos corpos para 87 oficiais gerais e 10.620 oficiais superiores, intermediários e subalternos.

AVES EM AEROPORTOS

A CRE aprovou parecer do senador Heráclito Fortes (DEM-PI) favorável a projeto (PLC 74/09) com medidas para o controle de pássaros próximos a aeroportos. O projeto busca reduzir os acidentes, por meio de uma política de controle aviário em áreas de segurança. Entre 1993 e 2003, ocorreram 2.636 colisões entre aves e aeronaves no país.

SERVIDORES DO DNIT

Os senadores aprovaram o projeto (PLC 322/09) que reajusta remuneração dos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). O projeto vai à sanção presidencial. O projeto também cria uma gratificação de qualificação para servidores com mestrado ou doutorado, a ser concedida ao analista de infraestrutura e ao especialista em infraestrutura sênior.

OVERBOOKING

O passageiro que não embarcar por problema de *overbooking* (venda de bilhetes pela empresa aérea em número superior ao de poltronas da aeronave) poderá ser indenizado imediatamente em valor equivalente ao da tarifa do trecho considerado, sem descontos. É o que determina projeto (PLS 114/04) da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

debates

Sadi Cassol quer mudar cobrança de ISS de cartões

Recolhimento do imposto no município onde a venda com cartão de crédito ou débito é feita reforçaria arrecadação de prefeituras

O senador Sadi Cassol (PT-TO) anunciou em Plenário a apresentação de projeto para garantir aos municípios as receitas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre o uso dos cartões de crédito e de débito. Para Cassol, a proposta reforça o caixa das prefeituras sem a criação de um novo imposto, apenas com uma definição mais clara sobre a cobrança do ISS das empresas de cartão de crédito.

O senador explicou que a Lei Complementar 116/03 incluiu, entre os serviços passíveis de cobrança, as operações com cartão de crédito e débito. Como

não especificou o local de cobrança, o imposto passou a ser recolhido no município sede da administradora do cartão.

– Minha proposta estabelece que o fato gerador de ISS fique no município onde esteja instalado o terminal de vendas para as operações de cartão de crédito. Assim, fica definido que a receita do imposto pertence ao município onde as vendas se efetuaram – explicou o senador.

Para Cassol, o atual sistema atende apenas a conveniência da administradora e contraria toda a lógica econômica em que se baseia o sistema do cartão de crédito, subtraindo dos



Senador também propõe regras específicas para licitação de obras para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016

municípios onde as operações se realizaram uma receita que lhes pertence.

O parlamentar também anunciou a apresentação de projeto de lei para regular os processos licitatórios e de licenciamento ambiental das obras para a Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Segundo Cassol, a proposta institui normas para licitações e contratos de obras, serviços e alienações da administração pública, necessárias às construções e reformas dos complexos esportivos. Ele explicou que o tratamento diferenciado se destina a reduzir a burocracia e garantir maior agilidade em sua execução.

Marco Maciel celebra os 50 anos de criação da Sudene

O senador Marco Maciel (DEM-PE), em discurso na sexta-feira, lembrou os 50 anos de criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Ele destacou a figura do economista Celso Furtado, falecido em 2004, que foi um dos idealizadores da instituição, que tem por finalidade principal promover ações socioeconômicas destinadas a desenvolver de forma sustentável a região nordestina.

– A criação da Sudene representou para o Nordeste brasileiro um caminho extremamente

importante para a redução das desigualdades sociais e regionais, além de promover o crescimento da agricultura e pecuária – destacou o senador.

Marco Maciel cobrou o fortalecimento institucional da Sudene. Pediu ainda a aprovação pelo Congresso Nacional de proposta que inclui na Constituição a Caatinga e o Cerrado como patrimônios nacionais, a fim de garantir mais recursos para a preservação dos biomas. Também defendeu a formação de uma consciência nacional em favor da educação.

CANDIDATURAS

Um dia após o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, do PSDB, anunciar que está fora da corrida para a sucessão presidencial, Geraldo Mesquita (PMDB-AC) declarou que gostaria de ver o PMDB determinado a ter um candidato à Presidência da República. O senador afirmou “ter inveja” da forma como o PSDB vem conduzindo a articulação em torno das eleições. Mesquita lamentou que, até agora, o PMDB persevera em não ser reconhecido como uma oposição de destaque dentro do cenário político. Para o senador, somente uma candidatura nacional permitirá ao PMDB participar de um grande debate acerca de questões caras ao eleitor.

CREDIBILIDADE

Pesquisa publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* revela, destacou Mão Santa (PSC-PI), que as instituições consideradas menos corruptas pelos brasileiros são a Igreja Católica (29%), as Forças Armadas (24%), a imprensa (21%) e as igrejas evangélicas (20%). – Depois da crença em Deus, eles vêem que os militares não eram os corruptos. Com o fim do período militar, as Forças Armadas recuperaram a popularidade – disse. Para o senador, o governo precisa ter austeridade porque “o povo já não acredita nas autoridades”. – Nós estamos lá embaixo, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário – disse, afirmando que quer mudar essa situação.

Osvaldo Sobrinho cobra regras para revalidação de diplomas

O senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) defendeu regras claras, ágeis e unificadas para a revalidação no país de diplomas obtidos no exterior. Conforme o senador, os brasileiros e estrangeiros portadores de diplomas de universidades de outros países ainda padecem com o excesso de burocracia e morosidade das universidades públicas no processamento das revalidações.

Há casos em que os processos de revalidação duram anos e envolvem tantos problemas que acabam desaguando na Justiça, salientou ele. Segundo Osvaldo Sobrinho, levantamento divulgado em fórum nacional realizado em Campo Grande, em 2008, apontou ainda conflitos nas decisões dos tribunais superiores.

– Essas divergências decorrem, certamente, da falta de critérios uniformes para a revalidação, consequência das normas genéricas e que atribuem às universidades públicas a responsabilidade por processar e conceder a revalidação – observou o parlamentar.

Por conta da variedade de



Segundo Osvaldo, portadores de diplomas obtidos no exterior sofrem com excesso de burocracia

critérios, frisou ainda o senador, os interessados buscam a revalidação de seus diplomas em mais de uma universidade, na expectativa de obter sucesso ao menos em uma delas.

Osvaldo Sobrinho afirmou que um quarto dos médicos que trabalham nos Estados Unidos não passou por universidades americanas. No Reino Unido, um quarto de toda a força de trabalho nessa área também possui diploma estrangeiro.



Obras como as usinas do rio Madeira e a construção de rodovias foram destacadas por Gurgacz

Gurgacz agradece ações em prol de Rondônia

Acir Gurgacz (PDT-RO) agradeceu a atuação de toda a bancada de seu estado e do governo federal em prol de Rondônia. Ao lembrar que assumiu o cargo há pouco mais de 40 dias, agradeceu também a acolhida que recebeu dos outros senadores e dos servidores da Casa.

A bancada de Rondônia, disse Gurgacz, soube se unir em torno de projetos do interesse da população da região e, assim, conseguiu inserir obras importantes para o estado no Orçamento da União para 2010.

Quanto ao governo federal, ele ressaltou que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ao contemplar obras como as usinas hidrelétricas do rio Madeira e a construção ou reforma de rodovias da região, está transformando o perfil socioeconômico do estado.

Augusto Botelho protesta contra criação de reserva

Augusto Botelho (PT-RR) manifestou solidariedade a cerca de 300 famílias que moram na região da Serra da Lua, localizada a oeste de seu estado, que, conforme o senador, estão inseguras com a possibilidade de demarcação, pelo governo federal, de mais uma reserva abarcando a área. O objetivo do Instituto Chico Mendes, como explicou o parlamentar, é criar a reserva do Parque Nacional do Lavrado, unindo quatro áreas indígenas próximas da Guiana.

– Quero registrar o meu protesto contra essa medida.

Augusto Botelho adiantou que a demarcação da reserva enfrentará dificuldades, uma vez que muitos dos residentes da região têm títulos da época em que Roraima era município do Amazonas e vários são posseiros até de terceira geração.

Segundo explicou, o estado já tem 57% de seu território destinado a reservas indígenas, ambientais e do Exército, restando apenas 1,8 milhão de hectares para atividades econômicas. Roraima, como informou, já tem prejuízos que representam mais de R\$ 1 bilhão em investimentos que não conseguem ser captados, como empréstimos do Fundo Constitucional do Norte (FNO), para aplicação em atividades econômicas, porque as pessoas não têm a titularidade da terra.

sistema financeiro



Bancos públicos, como a Caixa Econômica Federal (foto), e privados terão tratamento semelhante, pelo projeto que muda regras do sistema financeiro

Autonomia do Banco Central está na pauta da CAE em 2010

De acordo com proposta, que reúne sugestões de outros cinco projetos, mandatos de diretores não coincidirão com o do presidente da República

Banco independente é tendência mundial

Estudiosos apontam o sucesso no controle da inflação, atribuído à independência de atuação das autoridades monetárias da Alemanha e da Suíça nos anos 80, como principal responsável pela onda, nas últimas décadas, de se dar autonomia aos bancos centrais. Ao se criar o Banco Central Europeu, ficaram claramente definidos a autonomia do banco e seu objetivo primário: a manutenção da estabilidade de preços.

Na esteira dessa decisão, mais de uma dezena de países seguiram a mesma estrada, num grupo que hoje inclui, entre outros, Estados Unidos, Rei-

no Unido, Canadá, Espanha, Alemanha, França e Chile.

Existem, em regra, três tipos de autonomia: de objetivo, na qual o próprio BC define seu objetivo primário (como, por exemplo, a estabilidade de preços); de meta, na qual o banco elege, por exemplo, a taxa desejável para a inflação; e de instrumento, ou seja, os meios para alcançar o objetivo e a meta traçados.

Os modelos adotados ao redor do mundo costumam reunir características peculiares. Na Holanda, antes da adesão à união monetária europeia, existia um sistema de resolução

pública de conflitos entre o que defendiam o governo e o banco central, como lembra estudo do consultor legislativo do Senado Josué Pellegrini.

Já o Banco Central americano (Federal Reserve) diferencia-se da maioria pela inexistência de objetivo preferencial a ser perseguido. Se isso poderia, à primeira vista, torná-lo ainda mais autônomo, avalia Pellegrini, o efeito pode ser exatamente o oposto, “ao aumentar a exposição do banco central a várias pressões, sejam as intermediadas pelo sistema político, sejam as exercidas diretamente pelos grupos de interesse”.

No reinício dos trabalhos legislativos, em fevereiro, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá votar um projeto que modifica pilares do sistema financeiro do país. A proposta amplia a participação do Congresso na fiscalização das políticas monetária e cambial, reformula a composição e funcionamento do Conselho Monetário Nacional (CMN) e dá autonomia operacional ao Banco Central (BC), cujos diretores terão mandatos não coincidentes com o do presidente da República.

Aprovado no início do mês pela Comissão de Constituição e Justiça,

o texto do relator Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) a projeto de lei complementar do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) – e que incorpora sugestões de outros cinco projetos – prevê que bancos públicos e privados terão tratamento semelhante e considera as administradoras de cartão de crédito como instituições financeiras.

O novo Conselho Financeiro Nacional (sucessor do CMN) terá entre seus membros, porém sem direito a voto, os presidentes da

Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados e da CAE do Senado. Outra inovação é a criação de taxa de fiscalização a ser paga pelas instituições ao BC para custear as atividades de fiscalização e de supervisão do sistema financeiro nacional (*leia medidas no quadro*).

Antonio Carlos Júnior disse que a autonomia do BC “contribuiria para manter as expectativas sob controle e para alcançar a meta de inflação com menor sacrifício em termos de taxa de juros, além de permitir a redução imediata dessas taxas”.

Para Aloizio Mercadante (PT-SP), o BC deve ter autonomia, mas ele defende que seja prerrogativa do presidente da República determinar a permanência ou não do presidente da instituição.

Autor de um estudo publicado em 2004 sobre a questão, o consultor legislativo do Senado Josué Pellegrini explica que “a delegação da política monetária a um banco central autônomo visa reduzir a influência política e, por consequência, a flutuação econômica”, mas a medida precisa ser encarada com cautela.

Autonomia reduziria de imediato as taxas de juros, diz relator

Confira as principais medidas

Banco Central

- Mantidas as funções atuais de formular e executar as políticas monetária e cambial e fiscalizar as instituições financeiras.
- Diretoria: um presidente e oito diretores, indicados pelo presidente da República e submetidos ao Senado, com mandatos de quatro anos, permitida uma recondução.
- Perda de mandatos só a pedido ou por iniciativa do presidente da República, e aprovada pelo Senado.
- Cônjuges (e afins) e parentes até o 2º grau de diretores não podem ter participação acionária superior a 1% em instituição sob supervisão ou fiscalização do órgão.
- Após saírem dos cargos, ex-diretores ficam impedidos, por 46 meses, de trabalhar em ou participar do controle societário de instituições do sistema financeiro.

Controle do mercado

- Criação do Fundo de Garantia de Depósitos, em substituição ao atual Fundo Garantidor de Créditos, uma forma de proteger a economia popular contra prejuízos causados por instituições financeiras que fechem ou quebrem.
- Violações às normas do BC só prescrevem após dez anos, contados da prática do ilícito.

Conselho Financeiro Nacional

- O atual Conselho Monetário Nacional será substituído pelo Conselho Financeiro Nacional (CFN), integrado pelos ministros da Fazenda (presidente) e do Planejamento, Orçamento e Gestão, além do presidente do BC.

- Caberá ao CFN regular a constituição e funcionamento das instituições dos mercados financeiro, de capitais, de seguros e de previdência.
- Os presidentes da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara e da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado integrarão o conselho, mas sem direito a voto.
- Em março de cada ano, o ministro da Fazenda comparecerá às duas comissões para debater metas e prioridades para o ano seguinte e prestar contas da supervisão e fiscalização realizadas pelo BC.
- Taxa de fiscalização, a ser paga ao BC pelos bancos e financeiras, deverá custear as atividades de fiscalização e supervisão.

Serviços bancários

- A fixação de preços das tarifas bancárias é livre, mas lei definirá condições e limites.
- Bancos e financeiras só poderão cobrar pelos serviços quando

estes constarem de relação elaborada pelo BC, as tarifas e a periodicidade da cobrança tiverem sido divulgadas de modo visível nas agências, com antecedência mínima de 30 dias, entre outras condições. São serviços obrigatórios e gratuitos a emissão de cartão magnético de movimentação de conta-corrente, inclusive reposição; impressão de dez folhas de cheque por mês, se solicitadas pelo usuário; e emissão de extrato mensal, entre outros.

- Também serão gratuitas, entre outras, contas exclusivas para recebimento de salários, aposentadorias etc.; contas-poupança; emissão, compensação e pagamento de cheques.

Oferta de crédito

- Simplificação da autorização para funcionamento de instituições que trabalhem exclusivamente na oferta de empréstimos e não captem recursos no país.

Uma ampla mudança no sistema

O PLS 102/07 tramita em conjunto com outros projetos que também modificam o sistema financeiro nacional

Projeto	Autoria	Ementa
PLS 72/07	Arthur Virgílio (PSDB-AM)	trata da nomeação e demissão do presidente e dos diretores do BC
PLS 497/07	Valdir Raupp (PMDB-RO)	proíbe a cobrança de tarifas sobre a emissão, a compensação e o pagamento de cheques
PLS 595/07	Ideli Salvatti (PT-SC) e Flávio Arns (PSDB-PR)	regulamenta a cobrança de tarifas bancárias
PLS 678/07	Adelmir Santana (DEM-DF)	inclui entre as instituições financeiras as empresas participantes da indústria de cartões de crédito e de débito
PLS 19/09	Raimundo Colombo (DEM-SC)	estabelece a autonomia operacional do Banco Central

Economistas ressaltam definição sobre mandatos dos dirigentes

Ouidos em audiências públicas pelo Senado, economistas defenderam a autonomia do Banco Central quase unanimemente, alguns com ressalvas. O ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega afirmou que o Brasil já reúne os requisitos para autonomia operacional do BC, citando a democracia fortalecida, as instituições econômicas fortes e a aversão da sociedade à inflação alta. Para ele, é preciso dar aos seus dirigentes mandatos que não dependam dos humores do presidente da República.

Antecessor de Henrique Meirelles no cargo, o ex-presidente do BC Armínio Fraga elogiou o texto de Antonio Carlos Júnior, por preservar a natureza mi-

croeconômica da fiscalização e a natureza macroeconômica da supervisão do sistema financeiro nas mãos do BC.

Para o secretário da Fazenda do Rio de Janeiro, Joaquim Levy, que foi diretor de Política Monetária do BC, quando se discute a autonomia da instituição é preciso definir quem nomeia, demite, manda e estabelece as metas. Ele defende a fixação de mandatos, a independência política do BC e a regular prestação de contas de suas ações à sociedade.

Para o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Luiz Gonzaga Belluzzo, não é possível separar a política de preços da política financeira, como fez o Federal Reserve.

infraestrutura

Ferrovias e logística são gargalos para crescimento

Malha viária pequena e deficiente impede barateamento dos custos de transporte de cargas e diminui competitividade da economia nacional

As dimensões continentais do Brasil e sua economia em crescimento encontram na logística e no transporte da produção um grande gargalo. A constatação foi ilustrada na semana passada por dados apresentados em seminário realizado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e por pesquisa divulgada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) em que ficam claras deficiências, especialmente no que diz respeito à baixa e à má utilização das ferrovias. O problema dificulta a integração continental e atrasa o desenvolvimento econômico da região, por aumentar custos e reduzir a competitividade.

O estudo da CNT aponta que, desde 1996, a participação das ferrovias no transporte de cargas no Brasil passou de 17% para 25%. Apesar do crescimento registrado depois da privatização do setor, os percentuais ainda estão muito aquém dos registra-

dos em outros países de grande extensão territorial.

O diretor-presidente do Corredor Atlântico do Mercosul, Paulo Vivácqua, crítico do exagerado uso das rodovias no Brasil, entende que a falta de prioridade às ferrovias reduz a competitividade do país com relação a países como China e Rússia.

– Nosso custo médio de transporte interno é o dobro desses países. Perdemos US\$ 21 bilhões por ano por essa razão – afirmou.

As deficiências não se limitam a distorções na matriz de transportes. As ferrovias nacionais também são menos eficientes que as suas congêneres no exterior. A velocidade dos trens brasileiros, cuja média está em torno de 35 quilômetros por hora, é muito mais baixa que a registrada em outros países e a confiança dos clientes no cumprimento do prazo de entrega das mercadorias é baixa.

Pior ainda é a falta de integra-

ção entre as diferentes modalidades de transporte. Os portos geralmente não são atendidos por ferrovias. Já a maioria dos trens não está preparada para carregar os contêineres usados em navios (apesar da expansão de 75 vezes nesse tipo de transporte entre 1997 e 2008). Somente ferrovias e trens de bitola (distância entre os dois trilhos) larga (acima de 1,4 metro) podem fazer isso, mas a maior parte da malha ferroviária brasileira é estreita (1 metro).

Para o diretor-executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) e vice-presidente de transporte ferroviário da CNT, Rodrigo Vilaça, é preciso apostar na interiorização da malha ferroviária. O Brasil possui hoje 29,8 mil quilômetros de ferrovias, mas, segundo Vilaça, o país já deveria ter 52 mil quilômetros. Ele projeta que, em 2015, serão 35 mil quilômetros, ainda muito aquém das necessidades e das potencialidades nacionais.



Homens trabalham no trecho Açailândia/Colinas (MA) da Ferrovia Norte-Sul, que quando concluída cortará sete estados

Burocracia torna integração continental alvo ainda mais distante

O debate promovido pela CI, “Infraestrutura e integração na América Latina”, demonstrou que a integração energética e das vias de transportes na região ainda está distante. O objetivo esbarra principalmente na falta de interconexão da infraestrutura dos países, nos baixos investimentos e na excessiva burocracia que dificulta o desembaraço do comércio nas fronteiras.

Entusiasta da ideia, o diretor-presidente do Corredor Atlântico do Mercosul, Paulo Vivácqua, acredita que a criação de corredores interoceânicos na América do Sul tem grande potencial de aumentar a riqueza da região.

Porém, o presidente da Associação Brasileira de Transportes Internacionais (ABTI), Luiz Alberto Mincarone, narrou dificuldades enfrentadas pelos transportadores no desembaraço de mercadorias nas fronteiras.

Segundo Mincarone, o tempo de liberação dos caminhões e suas cargas em fronteiras aumentou

nos últimos dez anos. Ele criticou a falta de integração entre os dez órgãos nacionais responsáveis pela liberação das mercadorias.

Além da carga, disse Mincarone, o motorista do caminhão precisa fazer a imigração como qualquer turista e pagar taxa de R\$ 7 para trabalhar no Mercosul. O tempo de demora, segundo Mincarone, ainda tem o efeito colateral observado na epidemia de gripe A este ano, que teve caminhoneiros entre suas primeiras vítimas no Brasil.

Essa situação levou o presidente da CI, senador Fernando Collor (PTB-AL), a destacar que o país precisa de uma burocracia profissional e enxuta para facilitar a integração regional.

O diretor da ANTF, Rodrigo Vilaça, propõe “pensar primeiro a situação interna e depois os corredores interoceânicos”. Isso porque, se no Brasil há três tipos diferentes de trilhos, que impedem a circulação livre dos trens, na América do Sul esse número sobe para sete.

PAC prevê obras em 5 mil km de ferrovias até 2012

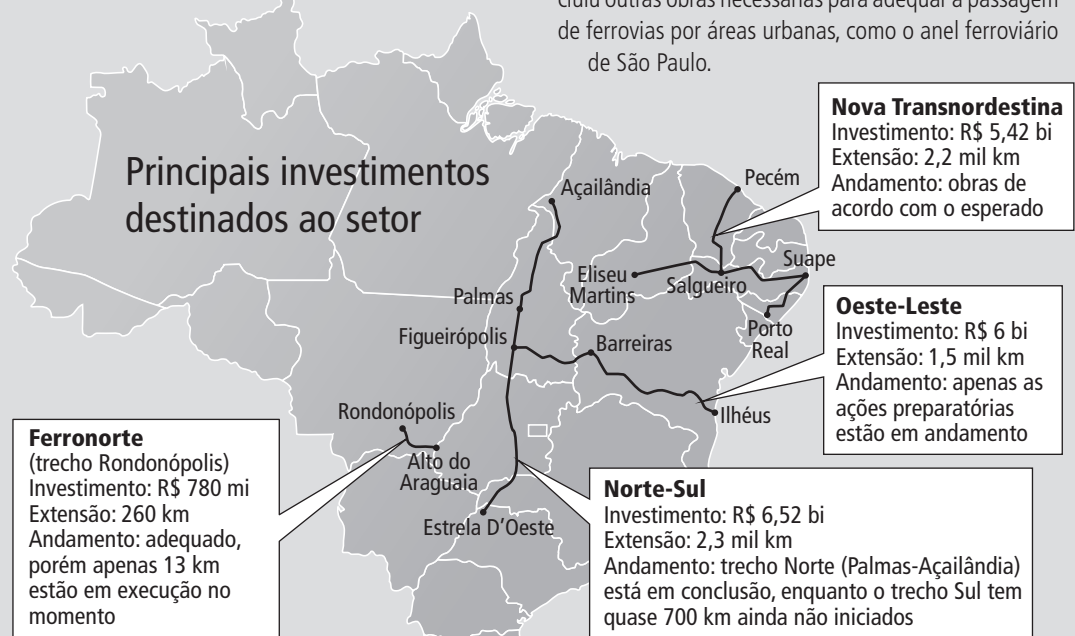
Solução encontrada pelo governo Lula para ampliar os investimentos em infraestrutura, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê obras em quase 5 mil quilômetros de ferrovias. Nos quatro principais projetos para transporte de cargas sobre trilhos já iniciados (Nova Transnordestina, Ferronorte, Ferrovia Norte Sul e Ferrovia de Integração Oeste-Leste), foram estimados investimentos de R\$ 17,4 bilhões de 2007 a 2010.

Ainda assim, de acordo com o economista Raul Veloso, os investimentos em transportes são muito baixos se comparados àqueles realizados há 20 anos. Se na década de 80 eles representavam 2% do produto interno bruto (PIB), eles caíram para 0,2% na década de 90 e

somente este ano se aproximam de 0,3% do PIB (cerca de R\$ 8 bilhões). E a competição por recursos entre os diversos tipos de transportes tampouco apresenta um cenário favorável às ferrovias: apenas 8% dos recursos de novos investimentos são destinados a esse tipo de transporte, enquanto que o rodoviário fica com 74% e o aquaviário, com 16%.

O vice-presidente da CNT para o setor ferroviário, Rodrigo Vilaça, espera, porém, que esses investimentos, somados aos recursos da iniciativa privada, ampliem a malha ferroviária dos atuais 29,8 mil quilômetros para 35 mil quilômetros em 2015.

Além das obras de construção de ferrovias, o PAC incluiu outras obras necessárias para adequar a passagem de ferrovias por áreas urbanas, como o anel ferroviário de São Paulo.



Baixo investimento atrasa maior uso de trens, afirma pesquisa da CNT

A pesquisa sobre ferrovias apresentada na semana passada pela CNT aponta que o potencial de uso dos trens no Brasil está subutilizado por conta de deficiências na malha ferroviária existente e na falta de expansão e integração das linhas e das diversas modalidades de transporte. A mudança desse cenário, de acordo com o vice-presidente de transporte ferroviário da CNT, Rodrigo Vilaça, depende de investimentos públicos, escassos nos últimos anos.

Os recursos devem ser usados na construção de novas linhas e na melhoria das existentes, tendo em vista que diversas têm sua área de operação invadida por moradias nas áreas urbanas. Outro gargalo é o excesso de passagens de nível (cruzamento entre ferrovias e ruas ou rodovias), o que faz com que os trens tenham até que parar e esperar travessia de pessoas e veículos. Nas 13 malhas ferroviárias existentes, são mais de 12 mil des-

ses cruzamentos, sendo que 20% são considerados críticos, onde a maioria dos acidentes acontece.

No caso das 327 invasões da área de operação dos trens e das passagens de trilhos por áreas urbanas, por exemplo, a CNT sugere que sejam feitas parcerias entre a Secretaria Especial de Portos, o Ministério das Cidades, prefeituras e concessionárias, inclusive com a utilização de áreas da extinta Rede Ferroviária Federal para assentar famílias hoje em invasões.

A situação, de acordo com a pesquisa, vem melhorando desde a privatização do setor, com ganhos operacionais, redução de custos, aumento da produtividade e diminuição do número de acidentes. Segundo Vilaça, desde a privatização, as empresas do setor já investiram R\$ 20 bilhões e pagaram R\$ 10 bilhões em impostos, que, segundo ele, não são revertidos em investimentos públicos.

meio ambiente

A repercussão da COP-15 entre senadores

O conflito de interesses entre os países ricos e os pobres ou emergentes, motivo principal do impasse que dominou a 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), foi o principal assunto tratado pelos cinco senadores que participaram do encontro nas duas últimas semanas em Copenhague (Dinamarca). Até o fechamento desta edição, na sexta-feira, um acordo climático entre os chefes de Estado e de governo dos 193 países presentes ao evento era considerado muito difícil. Para os senadores, os países desenvolvidos, por terem um histórico de maior poluição do planeta, devem agora assumir um papel compensador junto às nações pobres a fim de não lhes impedirem o desenvolvimento. Em Plenário, João Pedro (PT-AM) atribuiu o impasse à ganância dos países ricos e de empresários que não abrem mão de projetos poluidores.



Protestos de ativistas ambientais durante a conferência do clima na capital dinamarquesa foram constantes

Serys reclama atuação de países desenvolvidos

Os países desenvolvidos devem pagar pela redução de gases de efeito estufa e também contribuir para a instalação de parques industriais limpos nos países emergentes e pobres, afirmou pelo Twitter (twitter.com/Serys) a senadora Serys Shlessarenko (PT-MT), de Copenhague, onde participou da cúpula mundial sobre mudanças climáticas, organizada pelas Nações Unidas (ONU). Serys contou que as questões financeiras emperraram as negociações e lamentou que a mídia internacional não tenha dado ao país “a atenção que a participação do Brasil merece”. Ela ressaltou ainda que participou da conferência a convite da organização não governamental Brasil Mata Viva (brasilmataviva.com.br/wp/).

Kátia Abreu: Brasil queria acordo sobre o Redd

Uma definição mais clara sobre o Redd, mecanismo idealizado para recompensar os países que protegem suas florestas e com isso reduzem a emissão de gases poluentes, foi a grande expectativa do Brasil na cúpula que a Organização das Nações Unidas realizou em Copenhague. A opinião é da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que considerou injusta a resistência dos países ricos a esse financiamento. – A exigência era que os países ricos, por terem se desenvolvido à custa de muita emissão de gases poluentes, tivessem o dever de compensar os emergentes, que, ao evitarem a degradação, serão prejudicados em seu processo de desenvolvimento.

Cristovam critica preocupações políticas na cúpula

A mediocridade que perdura no mundo globalizado não permite à Humanidade esperar muito da cúpula do clima que a Organização das Nações Unidas realizou em Copenhague. A avaliação é do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que chegou à convenção desiludido com as “preocupações miúdas” que rondam o mundo político. Em sua opinião, a ideia principal na cúpula deveria ter sido a qualidade da vida na Terra pelos próximos cem anos e o futuro dos que continuarão habitando o planeta depois que todos morrerem. Mas, observa o senador, os líderes políticos na cúpula em Copenhague pensavam, acima de tudo, em seus eleitores e em como garantir votos na próxima eleição.

Marina quer união entre ricos e emergentes

A senadora Marina Silva (PV-AC) se disse preocupada com a posição assumida pelo Brasil no fórum, mais inclinada ao tensionamento que ao entendimento, na opinião dela. Ela disse que era exatamente o momento em que países ricos e países emergentes deveriam se unir para ajudar os pobres a enfrentar as consequências do aquecimento. – Deveria prevalecer a posição de que estávamos lá para um esforço de todos numa negociação multilateral em favor do planeta. Tínhamos que sair com um compromisso consensual que nos levasse a uma arquitetura na qual a contribuição dos ricos e dos emergentes fosse efetiva para que os países pobres não tenham que sofrer as consequências da mudança do clima.

Mais pobres não devem participar de fundo, diz Nery

José Nery (PSOL-PA) considera que os países mais ricos, maiores emissores de gases poluentes, são os principais responsáveis pelo impasse nas negociações da cúpula de Copenhague, dada sua “histórica resistência a cumprir seus compromissos”. O senador criticou a proposta dos países desenvolvidos, feita durante o encontro, de os países emergentes participarem com recursos para o fundo internacional de financiamento contra as mudanças climáticas. – A maior parte tem que ser paga pelos mais ricos, que mais poluem sistematicamente ao longo do tempo, cuja responsabilidade é maior. Os países em desenvolvimento podem colaborar com os mais pobres, mas de forma suplementar – propôs o parlamentar.

ambiente legal

Até onde o nível do mar pode subir?

No momento em que as atenções se voltam para os desdobramentos da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, realizada em Copenhague, um novo estudo eleva as

preocupações sobre as consequências do aquecimento global. Ele prevê que um aumento de 3°C na temperatura da Terra fará com que o nível do mar suba pelo menos 8 metros.

Revisão para cima das estimativas do IPCC

O estudo de pesquisadores das universidades de Harvard e Princeton, sob coordenação de Robert Kopp e publicado pela revista *Nature*, revisa para cima as estimativas do último relatório do IPCC (na

sigla em inglês, Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas), segundo o qual os mares estavam, no período interglacial, há 125 mil anos, entre 4m e 6m acima do nível de hoje.

Mensagem problemática

Dois especialistas norte-americanos em geociências, Peter Clark e Peter Huybers, alertam, em comentário na *Nature*, que se essas estimativas estiverem corretas a mensagem problemática é de que o nível dos mares, em resposta a um aquecimento global de 1,5°C a 2°C, sofreria uma elevação de 7m a 9m em relação ao nível atual.

Mais chuva na América Latina

Outro estudo, divulgado em Copenhague pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), prevê eventos climáticos extremos para essa região: as chuvas devem se intensificar em 20% em países como Equador e Peru, leste da Amazônia e nordeste do Brasil. O intervalo entre o período de chuvas deverá ser maior, com aumento do nível do mar e noites mais frias em toda a América Latina.

Estratégia de longo prazo

O relatório da Cepal observa que a elevada sensibilidade de atividades econômicas, como a agricultura e o turismo, aos efeitos do clima ressalta a necessidade de formulação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável a longo prazo. As alterações climáticas ainda irão provocar, de acordo com o documento, pressões adicionais sobre os recursos hídricos de Brasil, Argentina, Chile, Equador e Peru.

debates

Em 2009, Senado aprova 72% mais que em 2008

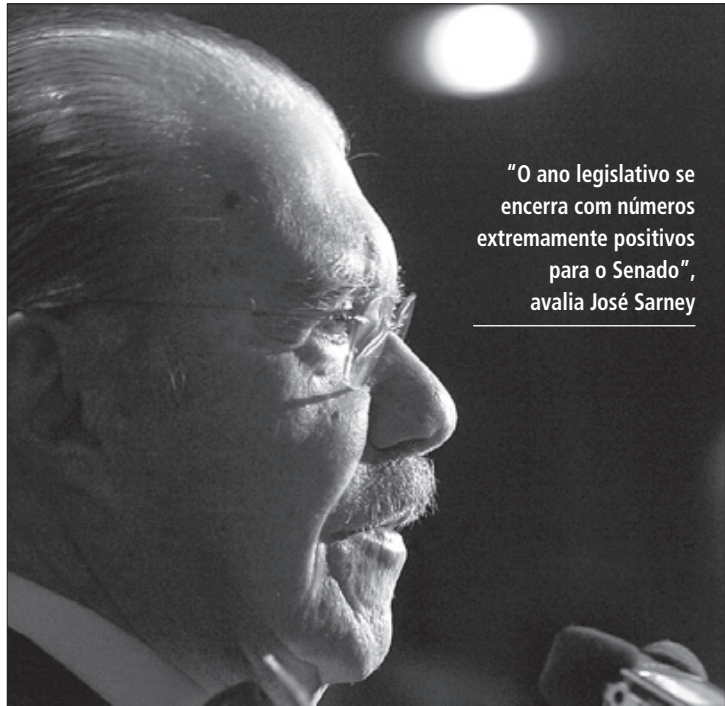
Presidente da Casa, José Sarney, faz um balanço positivo do ano, tanto em termos quantitativos quanto na qualidade das novas leis elaboradas

O presidente do Senado, José Sarney, relatou que foram aprovadas 2.168 matérias este ano no Senado,

72% a mais que as 1.258 propostas aprovadas em 2008. – Terminamos com a sensação do dever cumprido. Superamos

uma pauta extensa que se destacou pelo volume das matérias e pela qualidade dos assuntos. O Senado manteve o compromisso de responder às demandas por mudanças que fizeram avançar os direitos sociais, como a emenda que reduz a incidência da DRU (Desvinculação das Receitas da União) sobre recursos da educação, cujo orçamento foi aumentado em R\$ 9 bilhões a partir de 2011 – afirmou.

Sarney destacou ainda as novas regras para inquilinato; as regras para a tarifa social de energia; a regulamentação do crédito cooperativo; o programa Minha Casa, Minha Vida; as novas regras para o pagamento de precatórios; a reestruturação da Defensoria Pública; a criação de um cadastro de crianças desaparecidas; a tipificação do crime de sequestro-relâmpago; e “propostas que estimularam economia num ano marcado pela crise econômica”.



“O ano legislativo se encerra com números extremamente positivos para o Senado”, avalia José Sarney

Propostas para o meio ambiente entre os destaques

O presidente do Senado destacou ainda a aprovação da Lei 12.106, que criou o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário; a Lei 12.016, que reestruturou o mandato de segurança; a Lei 12.011, que criou 230 varas federais; e a Lei 12.019, que permitiu a convocação de juizes para auxiliar em ações penais no Supremo Tribunal Federal, dando agilidade na tramitação desses processos.

No ano em que os líderes mundiais reuniram-se em Copenhague para garantir a preservação do planeta, na Conferência do Clima, o Senado brasileiro aprovou a Política Nacional sobre Mudanças do Clima; um compromisso de redução das emissões de gases do efeito estufa; e o Fundo Nacional que irá financiar a preservação e o desenvolvimento sustentável – afirmou Sarney.

Entre as matérias aprovadas na

semana passada, Sarney citou o teto para aumento do funcionalismo, a isenção de impostos sobre materiais escolares e o piso salarial para agentes de saúde.

Sarney destacou ainda o novo Código de Processo Penal, que deve ser votado em abril; e a elaboração de um novo Código de Processo Civil, a ser apresentado até junho. No Congresso, Sarney ressaltou que foram votados mais de mil vetos presidenciais.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Em 2009, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizou 56 reuniões e votou 1.454 matérias. Os números foram apresentados pelo presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO). Ele lamentou que as propostas votadas no Senado para o combate à violência estejam “emperradas” na Câmara. Segundo Demostenes, essa situação deverá ser alterada no ano que vem graças a acordo com a CCJ da Câmara.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), presidida pelo senador Neuto de Conto (PMDB-SC), realizou este ano 31 reuniões, em que foram aprovados 27 projetos, oito em decisão terminativa. Entre as propostas, destaca-se o projeto que pune as empresas aéreas pelo *overbooking*, com indenização aos prejudicados (PLS 114/04), e o projeto (PLS 303/08) que autoriza a criação da agência de fomento para a região Centro-Oeste.

AGRICULTURA

“A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária [CRA] fecha o ano de 2009 com um saldo bastante positivo”, afirmou o presidente do colegiado, senador Valter Pereira (PMDB-MS). Este ano, a CRA realizou 43 reuniões, com a aprovação de mais de 20 projetos. Entre eles, Valter Pereira citou a proposta que regulamenta os medicamentos veterinários genéricos (PLC 3/05) e a que incentiva a produção de biodiesel (PLS 81/08).



Presidida por Renato Casagrande (C), a Comissão de Fiscalização e Controle discutiu com Haroldo Tajra (E) e Heráclito Fortes medidas tomadas pelo Senado

Heráclito: Senado economizou R\$ 200 milhões este ano

Ficou em torno de R\$ 200 milhões a economia que o Senado fez em 2009, com o corte das despesas administrativas, anunciado pelo presidente da Casa, José Sarney. A informação foi dada pelo 1º secretário da instituição, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), após decisão da Mesa diretora de transferir para o próximo ano a votação sobre a reforma administrativa.

– Não recorremos a nenhum

crédito suplementar para as despesas da instituição. Cortamos investimento e pessoal.

Sobre o plano de demissão voluntária, sugerido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Heráclito disse que o assunto está fora de discussão por não acreditar que teria êxito.

– [O corte de pessoal] tem que ser feito paulatinamente, sem que a máquina sofra solução de continuidade.

Corte de chefias trará economia de R\$ 520 mil mensais ao Senado

A diretora de Recursos Humanos do Senado Federal, Doris Peixoto, informou que a redução dos cargos de chefia do Senado representará uma economia de 49,74%. Os gastos mensais com essas funções, que hoje chegam a R\$ 1,046 milhão, serão reduzidos para R\$ 526 mil.

Doris explicou que as 39 diretorias superiores existentes na Casa serão reduzidas para seis. As subsecretarias foram reduzidas

de 96 para 31, enquanto as chefias operacionais passaram de 456 para 426.

A diretora de RH afirmou que o projeto de reforma administrativa se ateu à proposta da FGV. O fato de a proposta original da FGV prever 436 funções comissionadas, e a atual, 1.229, se deve, segundo a diretora, à não inclusão das 555 funções nos gabinetes dos senadores. A diferença real, então, é de apenas 238 funções.

Sarney: reforma administrativa reduzirá 40,3% da estrutura do Senado

A versão final da proposta de reforma administrativa representará redução de 40,3% na estrutura do Senado. A afirmação é do presidente do Senado, José Sarney.

– Cumprimos com nosso dever. Terminamos o ano e entregamos a reforma pronta.

Segundo ele, os senadores tiveram oportunidades de opinar sobre a proposta. De modo que, continuou ele,

“não tem matéria estranha que não tenha sido estudada democraticamente pela Casa, com realização de audiência pública. Todos os senadores receberam o primeiro texto, o segundo e agora o texto final, ainda pedindo observações”.

Sarney afirmou que praticamente toda a reforma foi realizada pela FGV e apenas algumas peculiaridades exigiram ajustes.

Senado será mais racional e mais moderno, diz nota

A nova estrutura do Senado Federal será mais moderna, mais racional e mais bem preparada para atender às demandas institucionais e da sociedade. É o que afirma nota da Secretaria de Comunicação Social do Senado: “O projeto de Resolução da Reforma Administrativa aprovado hoje [sexta-feira] pela Mesa diretora e encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça promove uma profunda reestruturação do Senado, moderniza

a gestão, dá mais transparência ao processo decisório e corta despesas.

Com a reforma, o Senado Federal passa a ter como órgãos estratégicos de direção a Secretaria-Geral da Mesa e a Secretaria-Geral de Administração, que têm características de coordenação central das áreas administrativa e legislativa. A transparência foi reforçada com o crescimento da área de controle interno, que ganhou capilaridade.”

Definidos senadores para a Comissão Representativa

A lista de senadores que participarão da Comissão Representativa do Congresso Nacional entre 23 de dezembro deste ano e 1º de fevereiro de 2010 foi definida na semana passada. Essa comissão, composta por deputados federais e senadores, responsabiliza-se por uma série de atribuições durante

os períodos de recesso parlamentar – além do recesso de final de ano, também há o de julho, entre os dias 18 e 31 daquele mês.

Senadores da comissão

Bloco de Apoio ao Governo	João Ribeiro (PR-TO) e Aloizio Mercadante (PT-SP). Suplentes: Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Maioria	José Sarney (PMDB-AP) e Valdir Raupp (PMDB-RO)
Minoria	Adelmir Santana (DEM-DF) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Suplentes: Demostenes Torres (DEM-GO) e Lúcia Vânia (PSDB-GO)
PTB	Epitácio Cafeteira (MA). Suplente: Gim Argello (DF)
PDT	Cristovam Buarque (DF)

institucional

Senado dedica semana à pessoa com deficiência

Em sessão plenária, senadores homenagearam Louis Braille, criador do sistema de comunicação para cegos. Presidente Sarney destacou compromisso da Casa com a inclusão dos deficientes, aprovando leis que beneficiam esse segmento

Ao encerrar sessão em homenagem ao bicentenário de Louis Braille, na terça-feira, o presidente do Senado, José Sarney, afirmou que é com júbilo, gratidão, reverência e compromisso que a instituição fará sempre o máximo possível para aprovar leis em favor das pessoas com deficiência do Brasil.

Sarney manifestou alegria por ter seu nome ligado à causa das pessoas com deficiência durante seus 50 anos de vida pública.

– A primeira lei que tratou dos deficientes no Brasil foi

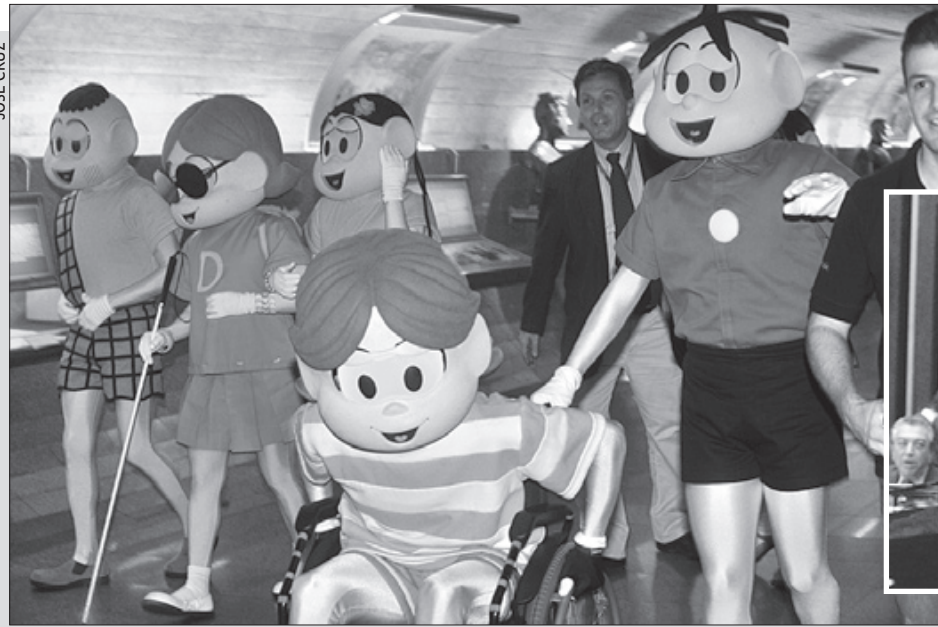
feita em meu governo, em 1986, antes mesmo da nova Constituição – lembrou Sarney.

Diversos senadores (*leia abaixo*) discursaram na homenagem ao inventor do sistema braile de leitura, que contou com a presença do quadrinista Mauricio de Sousa, criador da Turma da Mônica, do ator Eriberto Leão, do cineasta Ivy Goulart e do produtor Nayglon Goulart, do filme *Além da luz*, exibido em estreia nacional no Auditório Petrônio Portela.

A homenagem a Louis Braille fez parte da programação

da 5ª Semana de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado. Por recomendação da União Mundial de Cegos, da Organização das Nações Unidas (ONU), o bicentenário está sendo comemorado em 159 países em 2009.

Louis Braille nasceu em 4 de janeiro de 1809, em Coupvray, na França. Cego aos três anos devido a um acidente doméstico, ele desenvolveu o sistema braile, código de comunicação universal, perceptível ao tato, que tornou possível ao cego o acesso à leitura.



Personagens da Turma da Mônica animaram a semana. Em Plenário, Mauricio de Sousa (E) e senadores Mão Santa, Arns e Marisa Serrano



GERALDO MAGELA

Arns destaca aprovação de projetos

O senador Flávio Arns (PSDB-PR) destacou as iniciativas do Legislativo sobre questões ligadas à deficiência, como a aprovação da lei que estipula reserva de vagas em concursos públicos e a quota de vagas em empresas para pessoas com deficiência. O parlamentar também citou que foi aprovado e transformado em lei projeto que determina a realização do “teste do olhinho” para a prevenção de problemas visuais.

Faltaram livros didáticos para alunos cegos

Durante este ano, alunos com deficiência visual da rede pública ficaram praticamente sem livros didáticos, o que prejudicou todo o aprendizado. A denúncia foi feita pelo presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil (ONCB), Antonio José do Nascimento Ferreira, durante audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. O senador Flávio Arns comunicou que irá cobrar providências.

De um terrível mal pessoal, Braille soube tirar um bem incomensurável para a Humanidade, em particular para os que, como ele, são vítimas da cegueira

Marcelo Crivella

Esta sessão tem uma importância muito grande, pois chama a atenção daqueles que têm a responsabilidade de oferecer seu serviço aos que necessitam

Romeu Tuma

Vocês não calculam o bem que estão nos fazendo, quão fantástico são para nós, homens ridículos, que temos olhos para ver, pernas para caminhar, braços para escrever, cabeça para pensar e, no entanto, fazemos tão pouco pelo nosso país

Pedro Simon

O Senado vem obtendo destaque no lançamento de obras em braile, entre elas a Constituição federal

Rosalba Ciarlini

Louis Braille merece, realmente, todo reconhecimento e homenagem. A Humanidade lhe deve deferência, respeito e admiração

Marisa Serrano

Se Deus quiser, no ano que vem, nesta semana, vamos poder dizer aqui que o Estatuto da Pessoa com Deficiência já é lei

Paulo Paim

Contem comigo: estou plenamente engajado nessa causa que nesta semana nos une aqui no Senado

Eduardo Suplicy

É mil vezes mais barato investir na prevenção da deficiência que remediar. Quantos fatores levam à deficiência e poderiam ser evitados, como catarata e glaucoma

Flávio Arns

É muito gratificante ver o quanto esse evento ganhou força e representatividade ao ultrapassar as paredes do Congresso e mobilizar entidades e sociedade civil

Sérgio Zambiasi

As empresas deveriam contratar mais pessoas com deficiência, que são modelo de comportamento

José Agripino

Um portador de deficiência não é uma pessoa inútil ou improdutiva, é a história recente e remota o prova à exaustão

Efraim Morais

O papel do Senado na defesa dos direitos das pessoas com deficiência se estende à produção legislativa e ao dia a dia da Casa

Mão Santa

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Haroldo Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil
Diagramação: Bruno Bazílio, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vídgal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61-2211 - Fax: 61 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (SEEP) em papel reciclado

programação

Inclusão mostra avanço do glaucoma

Maior causa de cegueira irreversível do mundo, doença atinge hoje mais de 1 milhão de brasileiros, segundo especialistas

No último final de semana do ano, a TV Senado exibiu no programa *Inclusão* um debate sobre o glaucoma. Maior causa de cegueira irreversível no mundo, essa doença atinge hoje no Brasil, segundo dados do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, 1 milhão de pessoas. Desse total, de 100 mil a 120 mil estão totalmente cegas, número que deve crescer no próximo ano, segundo as previsões dos especialistas. O programa apresenta

depoimentos de portadores de glaucoma e de médicos especializados. O oftalmologista Juscelino de Oliveira, por exemplo, falou das relações entre diabetes e glaucoma e entre a pressão alta sanguínea e a intraocular.

Inclusão
TV Senado
26/12, sábado, às 2h30, 11h30 e 22h30
27/12, domingo, às 9h e 17h



Exame oftalmológico da campanha Brasil contra o Glaucoma: mal provoca cegueira de 100 mil brasileiros

ELZA FIUZA/AGÊNCIA BRASIL

Fábrica de moscas para controle de pragas

Uma fábrica de moscas, resultado da iniciativa de pesquisadores do semiárido nordestino para controlar pragas que atacam frutas e outros produtos, é o assunto do *Ecosenado*. Técnicos e cientistas explicam como é possível usar recursos da natureza para combater elementos nocivos, no caso, a própria "mosca da fruta".

Em entrevistas e demonstrações na fábrica, o programa exhibe os recursos da biotecnologia a serviço da produção de frutas em Juazeiro (BA), um dos principais polos produtores do país.

Ecosenado
TV Senado
27/12, domingo, às 2h15, 11h15 e 19h45

Documentário resgata vida de Chico Mendes

No mês em que o assassinato do seringueiro e líder sindical Chico Mendes completa 21 anos – ele foi morto em 22 de dezembro de 1988 – a TV Senado exhibe o documentário *Chico Mendes vive*, que resgata a sua trajetória. Familiares, amigos e pessoas próximas falam da luta para a organização dos seringueiros em defesa da floresta, do nascimento da Aliança dos Povos da Floresta e das ações pela demarcação das primeiras reservas extrativistas na Amazônia.

Chico Mendes vive
TV Senado
26/12, sábado, às 15h
27/12, domingo, às 21h

Senadores debatem Venezuela no Mercosul

Divididos, os senadores aprovaram a entrada da Venezuela no Mercosul, mas ainda falta a aprovação do Paraguai. Com a entrada do vizinho, o bloco passará a ter um PIB superior a R\$ 1 trilhão. Como a adesão da Venezuela vai influenciar a economia dos países do bloco? A política de Hugo Chávez pode desestabilizar o Mercosul? Os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Eduardo Suplicy (PT-SP) abordam os vários ângulos dessa questão.

Entrevista Especial
Senado FM e OC
21/12, segunda-feira, às 12h
Internet: 21/12, segunda-feira

Defensor fala sobre direito de família

O defensor público do Distrito Federal Sérgio Domingos esclarece dúvidas de três ouvintes da Rádio Senado. A primeira, de Anapu (PA), disse que quer recuperar os filhos, levados há dois anos pelo pai. A segunda, de Balsas (MA), pergunta o que deve fazer para conseguir que o ex-marido pague pensão alimentícia aos dois filhos. O defensor vai falar ainda da adoção de crianças, a pedido da terceira ouvinte.

Fique por Dentro da Lei
Senado FM
21/12, segunda-feira, às 10h
Ondas Curtas
22/12, terça-feira 22/12, às 8h



SÁBADO

1h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia e Inclusão
3h30 - Cidadania
4h - Alô Senado
4h15 - Argumento
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania
6h30 - EcoSenado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
8h - De Coração
8h30 - Cidadania
9h - Alô Senado
9h15 - EcoSenado
9h30 - Leituras
10h - Conversa de Música
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia e Inclusão
12h30 - Encontros
13h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
13h30 - Cidadania
14h - EcoSenado
14h15 - Alô Senado
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Tela Brasil/Salão Nobre
16h30 - Agenda Econômica
17h30 - Encontros
18h00 - Conversa de Música
19h00 - Cidadania
19h30 - Leituras
20h - Alô Senado
20h15 - EcoSenado
20h30 - Especial
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Agenda Econômica
22h30 - Diplomacia e Inclusão
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania
1h30 - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado
2h30 - Agenda Econômica
3h30 - Cidadania
4h - Leituras
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania
6h30 - Alô Senado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
7h30 - Cidadania
8h - Leituras
8h30 - De Coração
9h - Diplomacia e Inclusão
10h - Conversa de Música
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado
11h30 - Agenda Econômica
12h30 - Encontros
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania
14h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Especial
16h30 - Encontros
17h - Diplomacia e Inclusão
18h - Conversa de Música
19h - Cidadania
19h30 - Alô Senado
19h45 - EcoSenado
20h - Especial
20h30 - Leituras
21h - Tela Brasil/Salão Nobre
22h - Agenda Econômica
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De Coração
24h - Conversa de Música



SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação
22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (40), Manaus (57), Natal (52), NET, Mais TV e Video Cabo Recife (55), Rio de Janeiro (49 e 64) e Salvador (53).
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Telesat (17)
UHF: Brasília (canais 36 e 51), Fortaleza (43), João Pessoa

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:
Satélite: B1
Transponder: 11 A2

Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz
Sistema digital:
Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L):

1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m
PID - Vídeo: 1110
Áudio: 1211
PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate: 3,2143Ms/s
FEC: ¾

Como sintonizar

FM
Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)
ONDAS CURTAS
Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*
ANTENA PARABÓLICA
Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Confecom

"Desaprovo as manifestações 'ideológicas' dos senadores Flexa Ribeiro (PSDB), Sérgio Zambiasi (PTB) e Antonio Carlos Júnior (DEM), que estão tentando desclassificar a importância da Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) alegando que a mesma tem viés ideológico. Penso que em tudo na vida impera o valor das ideias, não é diferente na Confecom. Aliás, o empresariado é que fugiu do debate e não o contrário. Eles poderiam e podem participar da conferência à vontade, mas não querem."

Adriano Ribeiro Machado, de Curitiba (PR)

Nota da redação: A Confecom, tema de reportagem da edição 3.146/245, foi realizada em Brasília na semana passada.

Libras

"Parabeno o Senado pelo projeto de lei sobre a obrigatoriedade do ensino de Libras na educação infantil e no ensino fundamental, pois as pessoas com problemas auditivos têm dificuldades para se comunicar. Essa nova área da educação é um meio de socializar essas pessoas."

José Reinaldo Ramos Filho, de Girau do Ponciano (AL)

Aposentados

"Solicito que os senadores se empenhem mais na defesa dos aposentados e dos pensionistas."

Zenilton da Silva Mira, de Salvador (BA)

Piso dos professores

"Quero referir-me ao piso nacional dos professores, que é lei mas até o presente momento não foi implantado pelos governantes. Isto é uma falta de respeito para com os profissionais, que se dedicam a vida inteira para receber salários de fome. Será que senadores e deputados não pensam nisso? O professor que está sujeito a agressão, seja moral ou física, também tem uma família e precisa ir para a escola bem vestido,

comer, comprar remédios. Por que não se cria uma lei para equiparar o salário do professor a nível nacional? Peço que os parlamentares lutem pela melhoria na educação, pois um povo educado tem menos problemas sociais."

Vicente de Souza Andrade, de Serra Branca (PB)

Saúde pública

"Os três Poderes devem tomar medidas enérgicas e urgentes em prol da saúde pública. Em nosso país, por exemplo, há um descaso imenso em relação à saúde mental."

Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)

Ato médico

"Solicito aos senadores a aprovação do projeto do Ato Médico, que agora volta ao Senado. Gostaria que mantivessem o apoio à nossa classe no sentido de aprovarem a regulamentação de nossa carreira."

Felipe de Medeiros Tavares, de Caratinga (MG)

Corrupção

"O voto é uma valiosa arma no combate a corrupção. Um grande problema é a falta de consciência política, pois um povo politizado só elegeria representantes que tivessem compromisso com a ética e o social. Somente assim a sociedade seria transformada e as desigualdades, amenizadas. Para tanto, há necessidade de um maior investimento na educação política da sociedade."

Marcos André Gomes, de Girau do Ponciano (AL)

Ficha limpa

"Sou a favor do projeto Ficha Limpa, que impede o registro das candidaturas de pessoas condenadas em primeira ou única instância, ou com denúncia recebida por um tribunal em virtude de crimes de desvio de verbas públicas, tráfico de drogas e outros. Vários parlamentares estão a favor, isso é bom."

João Alves de Almeida Filho, de Itaquaquecetuba (SP)

frases



[Olhar para o passado permite] estabelecer um foco sobre que país não queremos

Pedro Simon, ao fazer um balanço de final de ano.

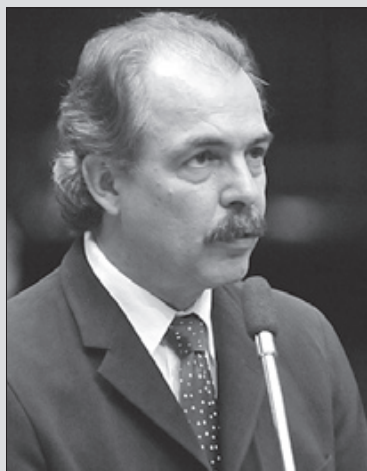
Infelizmente a pedofilia no nosso país e no mundo também anda de Bíblia nas mãos e reza missa

Magno Malta, sobre pastores e sacerdotes católicos que cometem violência sexual contra crianças.

Com pouquíssima convicção, pois o ingresso da Venezuela trará complicações enquanto Chávez for presidente

Mozarildo Cavalcanti, ao justificar seu voto favorável à adesão da Venezuela ao Mercosul.

FOTOS GERALDO MAGELA



Não estamos fazendo uma avaliação do governo Chávez, porque os governos passam, mas a integração econômica, política e cultural vai ficar. O isolamento será pior para a causa democrática na Venezuela

Aloizio Mercadante, defendendo a aprovação da entrada da Venezuela no Mercosul.

O Supremo, ao restringir o debate, se apequenou perante a nação

Jarbas Vasconcelos, sobre decisão do STF de manter proibição de *O Estado de S. Paulo* divulgar informações sobre a operação Boi Barrica.



Um povo bem educado produz com mais eficiência, respeita o meio ambiente, evita o desperdício, sabe prevenir epidemias, promove qualidade de vida e sabe usufruir de todas as inovações tecnológicas

Marisa Serrano, referindo-se à garantia de ensino com qualidade.

Os países já desmataram tudo e mais um pouco, então não podem exigir o mesmo comprometimento [com a redução dos gases do efeito estufa] dos emergentes e pobres

Serys Shhessarenko, ao afirmar que os países ricos devem pagar pela redução de gases de efeito estufa.

Na verdade não se chegará a acordo algum; eles não entendem que, quando deixamos de degradar o meio ambiente, deixamos de poluir o planeta

Kátia Abreu, ao criticar a resistência dos países ricos em recompensar as nações que protegem suas florestas.



Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

pergunte ao senador

Roteiro para cumprir meta de erradicar a fome

"O país vai conseguir erradicar a fome até 2015, conforme as Metas do Milênio?"

Cecília da Fonte Nova, de Recife (PE)

A senadora **Marisa Serrano (PSDB-MS)** responde:

Acredito que estamos conseguindo, mas ainda falta muito. Nos últimos 15 anos, o Brasil tem avançado mais e, para isso, nós precisamos produzir alimentação mais barata. Não dissocio dessa meta o trabalho do produtor rural, aquele que está no campo, seja pequeno produtor, que tenha sua horta, plantando alface, tomate, ou grande

produtor, de milho, soja ou trigo. Todos estão no campo produzindo para que a população brasileira tenha uma alimentação melhor. O que nós queremos é que essa alimentação seja saudável e que o acesso seja para toda a população. O brasileiro tem direito a ter, pelo menos, três refeições por dia. E é para isso que temos que brigar, para ver se o Brasil está realmente cumprindo aquilo que se propôs nas Metas do Milênio, ou seja, que até 2015 seja erradicada a fome no país.

Com informações da Rádio Senado



Recadastramento de armas de fogo vai até o dia 31

O prazo para o cidadão recadastrar arma de fogo acaba no final deste mês, no dia 31. De acordo com o Estatuto do Desarmamento, todos os registros de armas feitos até 23 de dezembro de 2003, quando

a lei foi publicada, devem ser renovados. A partir de 1º de janeiro de 2010, registros de armas não recadastradas perderão a validade e ter uma delas pode levar a detenção de um a três anos e multa.

Entrega de arma na Campanha do Desarmamento, em 2004: ação agora pode ser feita a qualquer momento



MARCOS NEGRINI/SETEC-MT

Registro federal é requisito para legalidade

O recadastramento de armas de fogo, com prazo inicial previsto para o final de 2008, foi prorrogado para este 31 de dezembro. O objetivo é regularizar as armas em posse do cidadão por meio do registro ou da renovação do registro expedido por órgão estadual. Devem ser recadastradas também armas de fogo que possuem registro federal vencido ou com vencimento até o fim de 2009.

Para a regularização, é preciso obter o Certificado de Registro de Arma de Fogo, expedido pela Polícia Federal, responsável pelo controle de armas de uso civil no país desde o Estatuto do

Desarmamento (Lei 10.826/03). Quem não regularizou sua arma de fogo após a entrada em vigor da lei deve participar do recadastramento.

Em 2010, portar arma não regularizada implicará crime de posse ilegal, passível de detenção de um a três anos e multa. De acordo com a Polícia Federal, há três maneiras de fazer o recadastramento, lembrando que a arma deve ser mantida em casa.

1. Obter o registro provisório emitido no site da Polícia Federal e ir a uma unidade desse órgão com o documento em duas vias (original e cópia) ou cópias

autenticadas, documento de identidade, CPF e comprovante de residência, além do registro estadual, se for o caso.

2. Outra opção é ir aos Correios com o registro provisório e os mesmos documentos anteriores, mais os dados da arma (número de série, espécie, calibre, marca) ou registro estadual, se for o caso.

3. Ou levar os documentos e os dados da arma a estabelecimento filiado à Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições (Aniam). No site da associação é possível acessar a lista dos estabelecimentos filiados.

Apesar das críticas, população tem buscado regularizar suas armas

O registro dá direito ao proprietário de arma de fogo de mantê-la exclusivamente no interior de sua residência ou no local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou pela empresa. Ao solicitar o registro, o proprietário deverá escolher o endereço em que a arma de fogo permanecerá guardada, já que não poderá portá-la. A validade do registro federal definitivo é de três anos. Esgotado esse prazo, é obrigatória a renovação.

De acordo com informações da Aniam, nos casos de armas de cano curto e longo, o recadastramento é gratuito e sem burocracia, não havendo necessidade de apresentar certidões e realizar exame ou teste. Se a pessoa optar pelos Correios, deverá pagar R\$ 6,50. Já a taxa de renovação de registro expedido pela Polícia Federal vencido ou com vencimento até 31 de dezembro é de R\$ 60.

Cláudia Rosa, da Casa de Pesca Tucunaré, filiada à Aniam e um dos postos

de recadastramento, relata que muitas pessoas reclamam da obrigatoriedade de renovar os registros.

– As pessoas dizem que o Estado obriga os proprietários de armas de fogo a justificar regularmente a posse desses objetos por gente honesta, em sua maioria, enquanto não coíbe a criminalidade – conta Cláudia, que ressalta, porém, que, mesmo discordando dessa imposição, as pessoas buscam a loja para cumprir a lei.

É importante lembrar que sempre é possível entregar armas de fogo à Polícia Federal e receber uma indenização que varia de R\$ 100 a R\$ 300. Armas registradas ou não, de qualquer calibre e procedência, podem ser entregues ao órgão ou instituições públicas credenciadas sem qualquer investigação sobre origem ou portador. Para entregar a arma e não ser preso por porte ilegal, é necessário ter em mãos a guia de trânsito de arma de fogo, obtida no site da Polícia Federal ou nas unidades do órgão.

Medida visa só armas de uso permitido

Para o recadastramento, a arma precisa ter numeração, não podendo ser raspada ou adulterada. Só armas de uso permitido poderão ser recadastradas:

- **revólveres e pistolas** .22, .25 Auto, .32 Auto, .380 Auto, .32 S&W, .32 S&WL, .38 SPL, 8mm;
- **carabinas/rifles** .22, .32, .38, .32-20, .38-40, .44-40;
- **espingardas** 12, 16, 20, 24, 28, 32, 36 e 9,1 (40).

Integrantes de categorias profissionais autorizados pelo Exército a possuírem armas de uso restrito, para uso próprio, devem também recadastrá-las: policial civil, policial federal e rodoviário federal, magistrado, promotor, integrante da carreira da auditoria, e auditores fiscais e técnicos de Receita Federal envolvidos diretamente no combate a crimes de contrabando e descaminho.

Não precisam ser regularizadas

Armas de fogo de pessoas registradas no Exército como caçador, atirador e colecionador, policial militar, bombeiro militar, militar das Forças Armadas, integrante da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República não são abrangidas por esse recadastramento. O mesmo vale para armas obsoletas, consideradas relíquias ou peças de coleção, que não podem mais ser usadas por falta de munição para compra, ou por serem de fabricação ou de modelo muito antigo e fora de uso.

Proibições

- Não é permitido registrar ou renovar o registro de armas com ocorrência de furto, roubo ou extravio cadastrada no Sistema Nacional de Armas, da Polícia Federal.
- Armas com registro federal expedido após junho de 2004 não podem ser registradas em nome de outra pessoa sem prévia autorização da Polícia Federal, que exige certidões de antecedentes criminais, comprovantes de ocupação lícita e residência certa, de capacidade técnica e de aptidão psicológica.
- É proibido o porte de arma de fogo em todo o país, salvo para integrantes das Forças Armadas, do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, das escoltas de presos e guardas portuárias, empresas de segurança privada e de transporte de valores, entre outros. O crime de porte ilegal de arma de fogo pode levar a pena de reclusão de dois a quatro anos e multa.
- É vedado ao menor de 25 anos adquirir arma de fogo.

Propostas mudam regras do estatuto

PLS 342/06, do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) – altera o Estatuto do Desarmamento para acabar com o prazo de três anos para renovação do registro de armas de fogo e com o custo para registrar e renovar a posse, entre outras medidas.

PLS 67/06, do ex-senador Juvêncio da Fonseca – estende a posse legal da arma de fogo aos limites da propriedade rural, diminui de 25 para 21 anos a idade mínima para aquisição de arma de fogo, reduz o valor de taxas e admite a cessão aos órgãos de segurança pública das armas apreendidas ou entregues voluntariamente. A proposta, que está sendo analisada junto com a anterior, já foi aprovada na Comissão de Relações Exteriores e aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça.

Saiba mais

Departamento de Polícia Federal

SAS Quadra 6, lotes 9/10 – Edifício-sede/DPF
Brasília (DF) – CEP 70037-900
0800-7273040
www.dpf.gov.br

Correios

SCEN, trecho 2, lote 4 – Asa Norte
Brasília (DF) – CEP 70800-901
www.correios.com.br

Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições (Aniam)

www.aniam.org.br